

A RECRIAÇÃO DA IDENTIDADE JUDAICA NA CIDADE DE ALEXANDRIA NO SECULO I D.C.

Monica Selvatici*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar – por meio do uso do conceito de etnicidade – a transformação/recriação da identidade judaica na cidade de Alexandria desde o governo dos soberanos ptolomaicos até o período posterior aos eventos ocorridos na cidade na primeira metade do século I d.C. Em 38 d.C., deflagrou-se uma revolta violenta de cidadãos gregos alexandrinos contra a comunidade judaica local que parece ter sido encorajada pelo prefeito romano do Egito Aulo Avílio Flaco.

Palavras-chave: Judaísmo; etnicidade; Alexandria; Fílon de Alexandria; Império Romano.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze – by way of the concept of ethnicity – the transformation/recreation of Jewish identity in the city of Alexandria from the Ptolemaic era to the aftermath of the social events taken place there in the first half of the 1st century CE. In 38 CE, there was an outbreak of violence of Greek citizens towards the Alexandrian Jewish community which appears to have been encouraged by the Roman prefect of Egypt, Aulus Avilius Flaccus.

Keywords: Judaism; ethnicity; Alexandria; Philo of Alexandria; Roman Empire.

* Doutora em História Antiga pela Universidade Estadual de Campinas. Professora adjunta de História Antiga e Medieval da Universidade Federal de Pelotas. Membro do Grupo Oracula de Pesquisas em Apocalíptica Judaica e Cristã.

O conceito de ‘etnicidade’ permite a análise do desenvolvimento das identidades na história, a sua contínua construção e transformação nos diferentes contextos históricos. Esta noção possibilita, assim, o estudo das estratégias adotadas pelos judeus no que diz respeito à manutenção ou não, na criação ou no abrandamento de suas fronteiras étnicas com os gregos e depois com os romanos. John J. Collins, em sua análise dos textos apologéticos judaicos produzidos em grego na diáspora, chega à conclusão de que:

a maioria dos textos que têm sido encarados como literatura de propaganda revelam muito pouco interesse em proselitismo, mas mostram um desejo de partilhar e de serem aceitos nos estratos mais sofisticados filosoficamente da cultura helenística (1997: 217).

Tais textos procuram, assim, caracterizar a religião judaica como uma filosofia e disfarçam as práticas singulares do culto judaico, principalmente a circuncisão, mas também o ato de guardar o sábado ou não comer carne de porco, porque estas eram consideradas superstições típicas de cultos menores. Os autores dos textos tinham plena consciência de que elas eram normalmente repudiadas pelos pagãos. Em suma, no contexto particular do Mediterrâneo de fala grega, os autores dos textos apologéticos judaicos procuraram suavizar as suas fronteiras a partir da ênfase nas características comuns com as filosofias helenísticas que percorriam o Mediterrâneo.

A idéia de que a identidade de grupo seja uma entidade culturalmente construída vem beneficiar enormemente o estudo das identidades no Judaísmo e no Cristianismo antigo. O enfoque sobre as questões de etnicidade que se depreendem desses contextos sócio-históricos particulares aponta para novas evidências e para um caminho mais frutífero na compreensão do processo de expansão inicial do movimento cristão.

Os judeus em Alexandria viram a sua vida em comunidade se desenvolver e prosperar sob os governantes ptolomaicos a partir do século III a.C. em diante. Há evidências a partir de achados epigráficos e papirológicos daquele período que indicam que os judeus foram absorvidos no exército e nos serviços administrativos. Nesse período, a Torá foi traduzida para o grego e a organização da comunidade judaica se desenvolveu naquilo que, em termos ptolomaicos, era chamado de *politeuma*.

O termo *políteuma* possuía vários significados na Antiguidade: poderia se referir a associações festivas de mulheres, uma sociedade de culto e, entre outras coisas, um grupo étnico.¹ Como constituía uma comunidade étnica separada ou um *políteuma*, a comunidade judaica tinha a sua própria assembléia legislativa responsável pelo poder administrativo e judicial sobre os membros da congregação. A assembléia do *políteuma* era separada das autoridades da cidade, mas – é necessário dizer – não se tratava da autoridade judicial última. A autoridade mais alta permanecia com o rei ptolomaico e, mais tarde, com o prefeito romano. Os judeus do *políteuma* se consideravam cidadãos e, muito freqüentemente, utilizavam o termo *politai* em um sentido genérico em seus epitáfios.² Entretanto, eles não possuíam a cidadania da *pólis* na medida em que ela apresentava pré-requisitos diferentes para a admissão. De modo que a cidadania da *pólis* fosse conferida a um estrangeiro, era necessário que ele fosse aprovado de acordo com critérios bem específicos: habitação, propriedades, ritos religiosos e, antes de tudo, as benfeitorias locais que ele poderia trazer. A maioria dos judeus em Alexandria vivia como estrangeiros com o direito de residência.

É preciso recordar, no entanto, que o separatismo judaico (o aspecto mais visível da realidade judaica para os não judeus) alimentou o sentimento antijudaico em várias cidades da diáspora. Quando os romanos conquistaram territórios no Mediterrâneo oriental, eles acabaram por se envolver com a questão do particularismo judaico. Tal situação demandava uma política específica para os judeus dentro do território romano. De acordo com E. M. Smallwood (1999: 169):

não havia necessidade de supressão da religião judaica, uma vez que como culto ela atendia a todos os pré-requisitos de Roma para a sua sobrevivência: moralmente ela não criava objeções e, na diáspora, era politicamente inofensiva.

¹ COLLINS, J. J. *Between Athens and Jerusalem*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pub, 2000, p. 115.

² HORBURY, W. e NOY, D. *Jewish inscriptions of Graeco-Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp.194-195 notam o emprego genérico de ‘*politais*’ em uma estela funerária originária de Demerdash, no Egito (século I a.C. ou d.C.) que lê: “... *Eu também, que amava meus irmãos e era um amigo de todos os cidadãos...*” Os autores acreditam que a expressão ‘um amigo de todos os cidadãos’ fosse convencional e, por isso, amplamente difundida naquele período.

Desta forma, a solução de Roma foi adotar, no final do período republicano, a política da tolerância e também medidas de proteção aos judeus contra a hostilidade gentílica. A legislação de César, confirmada por aquela de Augusto, classificava o Judaísmo como uma *religio licita*³. O Judaísmo manteria esse status por mais de três séculos, com exceção de um breve período de restrição sob Adriano.

A tolerância romana em relação aos judeus foi colocada em prática sob a forma da permissão da coleta do imposto do Templo, da construção de novas sinagogas e da reunião no sábado para o culto e as festividades do calendário judaico. E, principalmente, os romanos declararam a santidade das escrituras judaicas. Também isentaram os judeus do serviço militar. Segundo Smallwood, todas estas medidas foram impostas pela legislação de 44 a.C. que deveria ser estabelecida em todo o império.⁴ Outros autores, no entanto, como Miriam Pucci Ben Zeev, acreditam de forma mais plausível que alguns direitos judaicos, como a isenção do serviço militar, tiveram, ao contrário, apenas uma aplicação local e temporária.⁵

Com o advento da hegemonia romana – em 30 a.C. o Egito foi transformado em uma província romana – não houve maiores mudanças de status para a comunidade judaica em Alexandria, onde as relações entre judeus e governantes ptolomaicos haviam sido tão cordiais. Os judeus mantiveram a sua vida próspera e seus direitos de culto separado. Fílon (*Flaccus* 55) afirma que sua comunidade cresceu a ponto de ocupar dois dos cinco distritos da cidade. Os eruditos estimam que esta proporção leva ao número de 180.000 judeus em Alexandria no início do século I d.C.⁶

³ É necessário observar, como faz SMALLWOOD, E. Mary. *The Diaspora in the Roman period before CE 70*. In: HORBURY, W., DAVIES, W. D. & STURDY, J. *The Cambridge history of Judaism 3: the early Roman period*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 172, nota 89, o fato de que a utilização do termo *religio licita* neste período, ainda que ele descreva, de fato, o status do Judaísmo, é anacrônica na medida em que o termo só aparece pela primeira vez nos textos romanos no século III d.C.

⁴ Sobre a situação legal das comunidades judaicas no Império Romano, ver ainda: APPLEBAUM, S. (1974) *The legal status of the Jewish communities in the Diaspora*. In: SAFRAI, S. & STERN, M. (eds.) *The Jewish people in the first century 1: historical geography, political history, social, cultural and religious life and institutions* (Assen: Van Gorcum) 420-63; RABELLO, A. M. (1979) *The legal condition of the Jews in the Roman Empire*. In: ANRW II, 7.1, pp. 662-762.

⁵ ZEEV, Pucci Ben *Jewish rights in the roman world. The Greek and Roman documents quoted by Josephus*. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1998, pp. 440-441.

⁶ Ver STERLING, Gregory E. *Judaism between Jerusalem and Antioch*. In: COLLINS, John J. & STERLING, Gregory E. (eds.) *Hellenism in the land of Israel*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2001, p. 268.

Em 24/23 a.C., entretanto, Augusto impôs a *laographia* (um imposto sobre cabeças) aos egípcios e isentou os cidadãos gregos de Alexandria e, provavelmente, de outras *pólis* egípcias (Ptolemaida e Naucrátide) também. Uma classe intermediária foi criada no início do século I d.C. com o objetivo de abarcar os gregos que viviam fora das *pólis* e que fossem descendentes de pessoas de posição destacada socialmente, como colonos militares e graduados dos ginásios. Aqueles que se encaixassem nesta categoria intermediária deveriam pagar apenas metade do imposto.

Tal estratégia política e econômica por parte dos romanos que tinha por objetivo coletar mais dinheiro das províncias também teve conseqüências sociais. Ao que parece, em Alexandria, a comunidade judaica, por não fazer parte do grupo étnico e social isento, começou a pressionar para que os judeus recebessem direitos iguais àqueles dos gregos. Acerca deste assunto, Aryeh Kasher (1985: 19) tem opinião diferente. Embora acredite que alguns judeus realmente pagassem a *laographia*, ele argumenta que

há boas razões para acreditar que os membros do *políteuma* judaico em Alexandria usufruíssem a *isoteleia* [*igualdade nos impostos*] com os cidadãos da *pólis*, um privilégio aparentemente estendido a qualquer um que fosse intitulado a ser chamado de ‘Alexandrino’.

A partir da hipótese de Kasher, devemos concluir que os judeus sujeitos ao pagamento da *laographia* vivessem em outras áreas, fora de Alexandria, já que ele acredita que todos os judeus originários de Alexandria eram contemplados com a *isoteleia*. O autor encontra fundamento para esta idéia na obra *Contra Apion* de Josefo. Em *Contra Ap.* II, 38, Josefo afirma que os judeus de Alexandria eram chamados de ‘alexandrinos’ e atribui esta afirmação a um edito do imperador Cláudio nas *Antiguidades Judaicas* (XIX, 280-285). No entanto, o documento autêntico de Cláudio conhecido como a *Carta de Cláudio*⁷ (CPJ II: 43) contradiz a informação de Josefo. Os judeus em Alexandria eram simplesmente judeus de Alexandria, e não cidadãos alexandrinos.

A maioria dos autores acredita que o novo imposto tenha trazido não apenas uma despesa adicional, mas, na realidade, um rebaixamento em termos do *status* social para os judeus

⁷ Parte da carta está reproduzida abaixo.

alexandrinos em razão da nítida separação entre os cidadãos da *pólis* e os egípcios.⁸ Tal redução de *status* motivou os judeus em Alexandria a reivindicarem por direitos iguais àqueles conferidos aos gregos. Por direitos iguais não se deve entender a cidadania da *pólis*, algo que, de outro modo, poderia ser inferido. A razão para isso está no fato de que as restrições religiosas judaicas não podiam ser conciliadas com alguns dos pré-requisitos para a cidadania da *pólis*: a participação nos ritos religiosos da cidade, por exemplo. É óbvio que devem ter existido alguns judeus que souberam acomodar suas particularidades judaicas aos padrões gregos. E houve outros, como Dositeu, filho de Drímilus (no período ptolomaico), e o sobrinho de Fílon, Tibério Júlio Alexandre (no período romano), que deram um passo além e abandonaram suas crenças religiosas judaicas com o objetivo de atender às exigências das instituições da *pólis* e receber, assim, a cidadania alexandrina.⁹ No entanto, esses casos eram poucos. A maioria dos judeus provavelmente não desejava ir tão longe. Como resposta, eles sofreram a reação hostil da população grega que não aceitava dividir os mesmos direitos civis com um grupo que mantinha hábitos particulares e que havia recebido isenções especiais.

Josefo narra o episódio (*Antiguidades Judaicas* XVIII, 257-60) em Alexandria, no ano de 38 d.C., no qual Flaco, o prefeito do Egito, apóia os habitantes locais ao declarar que os judeus da cidade são ‘estrangeiros e alienígenas’ na medida em que não prestam o culto ao imperador. Em função do apoio dado pelo prefeito aos gregos, a tensão social é transformada em violência contra a comunidade judaica e – para utilizar um termo anacrônico – ocorre o primeiro ‘pogrom’ de que se tem registro na história. Embora Josefo não apresente, em seu relato, a razão para o conflito, ela parecia estar relacionada à questão da cidadania / direitos iguais. Josefo, obviamente, omite essa questão e descreve apenas os fatos subseqüentes. Ele narra a partida de duas delegações a Roma com o objetivo de chegar a uma solução na presença do imperador. A primeira delegação representa a posição dos gregos e a outra, tendo Fílon à sua frente, segue em defesa do lado judaico. Ápion, defensor dos alexandrinos, argumenta que os judeus são o único dos povos dentro do Império que não honra o imperador com a construção de altares e que não jura em seu nome. Ao invés de equipará-lo a um deus, como fazem todos os súditos dentro do território romano, os judeus o desrespeitam. Fílon não tem a oportunidade de desenvolver

⁸ Ver COLLINS, *Between Athens and Jerusalem*, pp. 116-117, seguindo TCHERIKOVER, V. *Syntaxis and Laographia*. In: *Journal of Juristic Papyrology* 4 (1950): 179-207; e MODRZEJEWSKI, J. M. *The Jews of Egypt: from Rameses II to Emperor Hadrian*. Princeton: Princeton University Press, 1995, p. 163.

⁹ COLLINS, *Between Athens and Jerusalem*, p. 121.

o seu argumento porque Gaio o impede de fazê-lo. O imperador, muito irritado com o episódio, decide, então, erigir uma estátua sua no Templo de Jerusalém – decisão esta que leva a mais conflitos com o povo judaico.

Após a morte de Gaio, outro conflito é deflagrado entre judeus e gregos na cidade de Alexandria. Os primeiros querem se vingar do abuso de poder por parte dos últimos durante o governo de Gaio. A solução e uma forma de reprimir a guerra civil são encontradas pelo sucessor de Gaio, Cláudio (41-54 d.C.). Ele devolve todos os privilégios abolidos por Gaio aos judeus após o pedido dos reis Herodes Agripa I e Herodes de Cálcis (ambos filhos de Aristóbulo e netos de Herodes o Grande). Josefo caracteriza Cláudio nas *Antiquidades Judaicas* como um herói, alguém que mantém uma atitude extremamente positiva em relação aos judeus. De fato, a decisão do imperador é a de enviar uma carta a Alexandria e a todas as outras cidades do Império onde existissem comunidades judaicas, reafirmando os direitos dos judeus de culto separado. No entanto, a carta continua com o aviso de Cláudio para que os judeus de Alexandria não usem de forma imprópria aqueles privilégios de tal modo que a ordem pública seja preservada. Cláudio exige o seguinte:

Aos judeus, por outro lado, eu ordeno que eles não almejem mais coisas do que tinham previamente e, no futuro, não enviem duas delegações como se eles vivessem em duas cidades, algo que nunca acontecera antes, e não sejam intrusos nos jogos presididos pelos *gymnasiarchoi* e pelos *kosmetai*, já que eles usufruem aquilo que é somente deles, e em uma cidade que não é deles eles possuem uma abundância de boas coisas. (...) Se desobedecerem, eu agirei contra eles de todas as formas tal como se fomentasse uma calamidade para o mundo inteiro. (TCHERIKOVER & FUKS, CPJ II: 43, tradução dos editores).

A menção à intrusão dos judeus nos jogos do ginásio levou os eruditos a interpretarem a passagem de dois modos diferentes. Em função da dificuldade de identificação da palavra em grego no papiro, o termo permanece em aberto, permitindo duas possíveis leituras: *epispatein* que significa ‘invadir’, ‘infiltrar-se’, ‘penetrar’, ou *epispatein* (com um ‘r’) significando ‘incomodar’, ‘atacar’. Com a chegada dos romanos ao poder, o critério para a obtenção da cidadania foi mudado da descendência familiar para a educação no ginásio.

Levando em consideração tal mudança, V. Tcherikover adota a primeira leitura.¹⁰ Ele acredita que a motivação judaica para a intrusão no ginásio fora o desejo de receber a cidadania alexandrina ao tentar cumprir o seu pré-requisito principal. A. Kasher discorda desta hipótese e afirma ser *epispáirein* a palavra em grego na carta. Este termo conferiria, assim, o significado de algum tipo de ataque à prática pagã a que os judeus tanto se opunham. De maneira a defender a sua hipótese, o autor busca a informação em Fílon (*Flaccus* 74+) de que os membros da *gerousia* judaica foram arrastados para dentro do teatro e açoitados na frente do público. Ele argumenta, assim, que o teatro e o ginásio eram centros de atividade anti-judaica. Para Kasher, na carta, Cláudio recomenda que os judeus não façam vingança por meio de ataque às performances públicas organizadas pelos *gymnasiarchoi* e *kosmetai*.¹¹ G. Sterling, por outro lado, parece assumir a hipótese de Tcherikover ao afirmar que “quando Cláudio fechou as portas do ginásio para os judeus, ele cortou o acesso deles à cidadania, aos seus privilégios e ao status que ela conferia” (2001: 270). No entanto, como foi argumentado anteriormente, é mais provável que os judeus não estivessem buscando a cidadania alexandrina e, sim, direitos iguais com os cidadãos. De qualquer forma, o comentário de Sterling concluindo a idéia de sua frase anterior (acima) é bastante pertinente: “O resultado era previsível: o nacionalismo judaico passou a crescer”. O autor lista quatro obras judaicas redigidas neste período que dão destaque renovado aos valores judaicos: *Jannes e Jambres*, o terceiro livro de Macabeus, *A Sabedoria de Salomão* e o terceiro *Oráculo Sibilino*. No último deles o sentimento anti-romano é explícito. Sterling explica: “Roma cortou o direito dos judeus de entrar no mundo [do Helenismo] e seus privilégios (...) O grande esforço alexandrino que buscava criar uma simbiose entre helenismo e Judaísmo estava acabado” (2001: 270-1).

Em suma, ambas as interpretações da palavra em grego na *Carta de Cláudio* levam à mesma conclusão: os lamentáveis eventos de 38 d.C. e o fato de Cláudio não aceitar as reivindicações judaicas por mais direitos fomentaram uma forte onda nacionalista entre os judeus alexandrinos, algo que não fizera parte de sua vida na cidade em razão da história de boas relações que haviam mantido com os governantes anteriores. A manifestação da identidade judaica dos judeus alexandrinos se transformou significativamente, ao longo daqueles anos, de uma construção da cultura judaica baseada em características similares com o meio helenístico mais amplo para uma manifestação de completa oposição tanto ao chamado helenismo quanto ao próprio domínio romano.

¹⁰ TCHERIKOVER, Victor & FUKS, A. (eds.) *Corpus Papyrorum Judaicarum*. Cambridge: Harvard University Press, 1960, p. 53.

¹¹ KASHER, Aryeh. *The Jews in Hellenistic and Roman Egypt*. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1985, pp. 312-321.

De maneira a levantar dados arqueológicos e epigráficos que apóiem a conclusão acima esboçada, analisaremos brevemente certos epitáfios judaicos encontrados na Ásia Menor, em Alexandria e em Roma. De acordo com J. W. Van Henten e Pieter Van Der Horst,¹² tais epitáfios judaicos não apresentam inscrições métricas em grego ou apenas algumas poucas.¹³ Os autores se perguntam por que tais centros judaico-helenísticos não imitam a tendência grega dos rituais funerários. Por outro lado, Leontópolis (um centro religioso muito importante para o Judaísmo egípcio) e a Palestina, cuja população judaica constituía forte maioria, possuem muitos deles. A evidência epigráfica parece contradizer a lógica, aparentemente estabelecida pelos autores, de que as comunidades judaicas situadas nos locais onde a cultura helenística e a língua grega eram dominantes deveriam apresentar uma apropriação maior dos costumes do meio no qual elas estavam inseridas. No entanto, se refletirmos em termos da questão da etnicidade dos judeus que habitavam estas regiões, notaremos que duas das três origens dos epitáfios judaicos analisados – a região da Ásia Menor como um todo e a cidade de Alexandria – são espaços onde os conflitos sociais entre judeus e não judeus são freqüentes por volta do século I d.C. Observadas as evidências epigráficas dos túmulos judaicos de tais locais sob esta perspectiva, a ausência de uma apropriação por parte dos judeus do costume helenístico-romano amplamente disseminado de se utilizar inscrições métricas nos epitáfios ganha outra coloração, qual seja, aquela do repúdio de tais judeus aos costumes e práticas reproduzidas no meio hostil dominante e do seu fechamento no interior da comunidade judaica que integravam, de maneira a reforçar a sua identidade através da reprodução dos costumes e práticas judaicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, John J. *Seers, sibyls and sages in Hellenistic-Roman Judaism*. Leiden/New York: Brill, 1997.

_____. *Between Athens and Jerusalem*. 2 ed. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pub, 2000.

_____. “*Anti-Semitism in Antiquity? The case of Alexandria*”. Palestra ministrada na Ohio State University em 31 de outubro de 2003.

¹² VAN HENTEN, J. W. & VAN DER HORST, Pieter W. Jewish tomb inscriptions in verse. In: VAN DER HORST, P. W. *Hellenism – Judaism – Christianity: essays on their interaction*. Kampen: Kok Pharos, 1994, p. 40.

¹³ Em toda a Ásia Menor, não foram encontrados epitáfios com inscrições métricas nos túmulos judaicos antigos ali achados. Já em Alexandria e em Roma, apenas um único epitáfio de um túmulo judaico com esse tipo de inscrição foi encontrado em cada uma das duas cidades.

COLLINS, John J. & STERLING, Gregory E. (eds.). *Hellenism in the land of Israel*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2001.

HORBURY, William & NOY, D. *Jewish inscriptions of Graeco-Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

JONES, Siân. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London & New York: Routledge, 1997.

KASHER, Aryeh. *The Jews in Hellenistic and Roman Egypt*. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1985.

PUCCI BEN ZEEV, Miriam. *Jewish rights in the Roman world. The Greek and Roman documents quoted by Josephus*. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1998.

SELVATICI, Monica. Conflitos sociais entre judeus e gentios no Mediterrâneo romano e o cristianismo de Paulo de Tarso. In: *Boletim do Centro do Pensamento Antigo* 12 (2001): 89-108.

_____. *Os judeus helénistas e a primeira expansão cristã: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos*. Campinas: UNICAMP, 2006 (Tese de Doutorado).

SMALLWOOD, E. Mary. The Diaspora in the Roman period before CE 70. In: HORBURY, W., DAVIES, W. D. & STURDY, J. *The Cambridge history of Judaism 3: the early Roman period*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

STERLING, Gregory. Judaism between Jerusalem and Antioch. In: COLLINS, John J. & STERLING, Gregory E. (eds.). *Hellenism in the land of Israel*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2001.

TCHERIKOVER, Victor & FUKS, A. (eds.) *Corpus Papyrorum Judaicarum*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

VAN HENTEN, J. W. & VAN DER HORST, Pieter W. Jewish tomb inscriptions in verse. In: VAN DER HORST, P. W. *Hellenism – Judaism – Christianity: essays on their interaction*. Kampen: Kok Pharos, 1994.